



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

Memorando nº 81/2020  
Data: 03/08/2020

De: Presidência  
Para: Gabinete Vereadora Tatiana Nogueira

Assunto: Resposta ao Requerimento nº 203/2020

Em resposta ao Requerimento nº 203/2020 da Vereadora Tatiana Nogueira, que assim solicita:

*“Seja Suspenso o pagamento do Contrato nº. 01/2020 – Tomada de Preço nº. 03/2019 – Licitação nº. 59/2019 – Processo Administrativo nº. 196/2020 que tem como objeto a contratação de empresa especializada em serviços de consultoria técnica de saneamento básico mediante confecção de relatórios conclusivos, assim como demais documentos necessários para embasar tecnicamente o Projeto de Lei Complementar nº. 20/2018 (auditoria do Projeto de Lei da Sanepar), bem como, sejam apurados todos os indícios de irregularidades constante desse contrato.”*

Informamos que o mesmo recebeu o seguinte parecer, através da Diretoria Jurídica:

*“Ressalte-se que, conforme entendimento já consolidado pelo STJ, tendo o particular fornecido o objeto ou prestado o serviço contratado, a Administração Pública tem a obrigação de realizar os pagamentos devidos, sob pena de enriquecimento ilícito.*

*(...)*

*Considerando que não há diploma específico que regulamente a suspensão de pagamento de serviços já prestados à Administração Pública, torna-se inviável a legitimação do pedido da Vereadora Tatiana Assuiti Nogueira. Neste sentido essa Diretoria Jurídica vislumbra óbices quanto ao pedido proposto, tendo em vista não haver justificativa plausível suficiente para que se suceda o não pagamento dos serviços prestados pela empresa EC AZEVEDO ALVES PRESTADORA DE SERVIÇOS.”*

Rua Irmã Elizabeth Werka, 55 – Jardim Petrópolis – CEP: 83.704-580 – Araucária – Paraná – Fone/Fax: (41) 3641-5200

Assinado por **Amanda Maria Brunatto Silva Nassar, Presidente** em 03/08/2020 as 14:28:13.





# CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

## ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

Ainda, conforme relatório final da Comissão de Recebimento, responsável pela fiscalização do contrato, a empresa EC Azevedo cumpriu com as determinações do Termo de Referência e Edital de Licitação:

*“Entendemos que o relatório **cumpriu** o objeto do Termo de Referência anexo ao Edital de Licitação nº 59/2019, bem como as obrigações do Contrato de prestação de Serviços nº 01/2020, visto que, com as informações disponibilizadas pela SANEPAR e por outros meios, a empresa apresentou dois Cenários para o Plano Municipal de Saneamento Básico (laudas 30 e 32), apresentou suas conclusões e recomendações (laudas 43 a 54), assim como apontou o que foi possível analisar e modelar.”*

Quanto às irregularidades no processo e cumprimento do contrato, o Gestor de Contratos desta Casa emitiu o seguinte parecer:

*“Esta Gestão de Contratos passa às seguintes análises:  
Sobre as alegações do Requerimento nº 203/2020:*

***- Existência de orçamento da contratada com valor abaixo do contratado.***

*Todo processo de compras públicas deve ser precedido por pesquisa de preços. Tais resultados balizarão a contratação. O Setor de Compras deste Legislativo efetuou a devida Pesquisa de Preços e como praxe, definiu a média dos valores orçados, como máximo a ser pago por este legislativo no processo licitatório. Significa, obviamente, que há valores maiores e menores que a média estabelecida. Cabe-nos salientar que todo o procedimento interno foi atestado por Parecer Jurídico (Parecer nº 155/2019) e Parecer do Controle Interno (Parecer nº 131/2019). Tendo a administração estabelecido o valor máximo admissível para o objeto a ser contratado, não há mais vinculação com os orçamentos colhidos na fase interna, haja vista já terem cumprido seu propósito. O Edital de Licitação, ao qual se vincula a Administração (art. 41, Lei 8.666/93) estabeleceu o preço máximo do objeto em R\$ 71.267,15 (setenta e um mil, duzentos e sessenta e sete reais e quinze centavos). Este foi o preço praticado pela única licitante, não havendo qualquer*

Rua Irmã Elizabeth Werka, 55 – Jardim Petrópolis – CEP: 83.704-580 – Araucária – Paraná – Fone/Fax: (41) 3641-5200

Assinado por **Amanda Maria Brunatto Silva Nassar, Presidente** em 03/08/2020 as 14:28:13.





# CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

## ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

*irregularidade ou prejuízo, como também afirma o Parecer Jurídico nº 01/2020.*

***- Asseveração de que o certame licitatório possui indícios de irregularidades:***

*O único apontamento oferecido no Requerimento nº 203/2020, é o orçamento oferecido pela empresa na fase interna do processo de compra, o que não é irregular, como já esclarecido. Na ausência de demais apontamentos de supostas irregularidades a esclarecer, elucidada a regular existência de orçamentos maiores e menores que o valor lançado para a fase externa do processo licitatório, reafirma-se a regularidade do feito e a inexistência de sombras ou obscuridades em sua tramitação.*

***- Declaração de que a contratada não atendeu as exigências do edital, termo de referência e contrato na execução dos serviços pelo que realizou análise/estudo diverso para o qual foi contratada:***

*O Processo Administrativo nº 196/2019 está instruído, nas fases de aferição do objeto contratado, de Parecer da Comissão de Recebimento de Materiais de Consumo, Bens Patrimoniais, Serviços e Fiscalizadora de contratos, "Entendendo que o relatório cumpriu o objeto do Termo de Referência anexo ao Edital de Licitação nº 59/2019, bem como as obrigações do Contrato de prestação de Serviços nº 01/2020; Parecer Jurídico nº 60/2020, concluindo que "na íntegra dos artigos do relatório, foram observados as especificidades do Projeto de lei, respectivas diretrizes e requisitos que poderão receber apoio técnico desta casa de Leis no sentido sancionatório"; Parecer da Gestão de Contratos, "considerando integralmente atendidos os requisitos contratuais e abordados os temas exigidos no escopo do objeto" e ainda que "o Relatório foi objetivo e as respostas às dúvidas havidas entre os Vereadores, respondidas dentro dos prazos estabelecidos" e a manifestação da Presidência desta Casa de Leis "reconhecendo a regularidade da execução contratual da Empresa E. C. Azevedo".*

*Diante do elencado, desprovida de objetividade a alegação de inexecução ou má execução constante do Requerimento nº 203/2020, constitui-se cristalino o perfeito atendimento,*





# CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

## ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

*por parte da Contratada, às exigências contratuais e editais.*

*Por fim, esta Gestão de Contratos suscita a impossibilidade de retenção de pagamento de serviços prestados, diante da ausência de legalidade do ato, reiterando o cumprimento dos prazos, formas e conteúdos contratuais na execução do objeto, incluindo as respostas às questões formuladas pelos edis e a reformulação complementar solicitada pela Presidência, garantindo a máxima abrangência ao relatório e o alcance dos objetivos que fundamentaram a contratação.”*

Portanto, tendo em vista os Pareceres da Diretoria Jurídica, da Comissão de Recebimento e Fiscalização e do Gestor de Contratos, e após analisar o relatório final emitido pela EC Azevedo, esta Administração entende que a mesma entregou o objeto que consta no Termo de Referência e no Edital de Licitação nº 59/2019 e portanto autorizou o pagamento da mesma em face ao serviço prestado.

Informamos ainda, que o Processo Administrativo e os pareceres apresentados são públicos e estão a disposição da Vereadora para análise. Com relação ao Requerimento apresentado pela Vereadora, nº 203/2020, informamos que o mesmo tramitou pelos setores da Câmara e seu Processo Legislativo nº 648/2020, pode ser consultado eletronicamente através do Protocolo nº 648/2020, via e-chronos, com seus devidos pareceres.

Sem mais para o momento, renovamos os votos de grande estima e consideração.

**AMANDA NASSAR**  
**PRESIDENTE**

